

PRIMEIRAS LEITURAS PSICANALÍTICAS NO BRASIL: O EMPREGO DA TEORIA DE FREUD NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX NO BRASIL.

RONALDO AURÉLIO GIMENES GARCIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR).

Resumo

Nas primeiras décadas do século XX o Movimento Escola Nova liderado por Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e outros intelectuais reivindicava a implantação de um novo modelo de educação no Brasil baseada nas idéias liberais e democráticas. Este foi o caso da reforma educacional que ocorreu entre 1930 e 1935 no ensino público do Rio de Janeiro. Como parte das mudanças implantadas neste período, estava o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, cuja função era diagnosticar possíveis transtornos de comportamento em crianças matriculadas no ensino público do Distrito Federal, consideradas como "anormais" e desajustadas pelas escolas que frequentavam. O responsável pelo órgão foi o médico Arthur Ramos que, embora tivesse uma formação em psiquiatria, dedicou-se ao estudo de diversas temáticas. No campo específico da pedagogia Ramos defendia a contribuição da psicanálise para a solução dos problemas educacionais. É interessante observar que outros pensadores, ligados principalmente ao campo da medicina como Júlio Porto-Carrero, Afrânio Peixoto e outros, defendiam amplamente o emprego da psicanálise na educação. Estes intelectuais participaram ativamente das discussões por meio da publicação de obras e artigos científicos e de debates em diversos congressos de educação que ocorreram na época. Os referidos médicos foram leitores assíduos de Freud e propagadores da teoria psicanalítica no país. Os objetivos desta pesquisa são o de compreender o papel que as idéias dos pensadores e médicos tiveram nas reformas conduzidas pelos escolanovistas, bem como a possível contribuição da psicanálise nas discussões sobre a escola no Brasil, naquele contexto histórico. As fontes utilizadas foram obras publicadas pelos referidos autores nas quatro primeiras décadas do século XX e envolviam temas como a "criança problema", psicanálise, educação e higiene mental. Trata-se de uma pesquisa de base empírica que busca refletir sobre os impactos das propostas da psicanálise na história da educação brasileira.

Palavras-chave:

Educação, Psicanálise, Reformas educacionais.

Introdução

A difusão das idéias do Escolanovismo no Brasil foi conduzida por Anísio Spíndola Teixeira ao lado de Fernando Azevedo, Lourenço Filho e vários outros intelectuais oriundos principalmente dos cursos de direito e de medicina. Entre os diversos colaboradores de Teixeira, destaca-se o médico psiquiatra alagoano Arthur Araújo Pereira Ramos que foi o idealizador e coordenador do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 1935. Outro importante colaborador foi o psiquiatra baiano Afrânio Peixoto, autor de várias obras que iam desde a literatura, passando pela história, medicina legal, higiene mental e educação.

Em termos mais amplos podemos dizer que nas primeiras décadas do século XX o Brasil, embora enfrentando diversos problemas sociais, econômicos e políticos, apresentava uma refinada elite intelectual que mantinha intensos contatos com as idéias que surgiam nos países europeus e Estados Unidos. A obra de Sigmund Freud que estava sendo editada naquele período já era lida e discutida por diversos profissionais, especialmente os da medicina. Ramos chegou a trocar correspondências com o pioneiro da psicanálise.

Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre criaram-se associações de psicanálise (Mokrejs, 1986), onde eram debatidos os mais diversos temas da área por meio de palestras, encontros e congressos. Além disso, publicavam os estudos e promoviam cursos para formação de psicanalistas. Em muitos casos as aulas eram ministradas por professores europeus convidados.

A psicanálise foi apenas uma das ciências dentre outras que chamavam a atenção dos pensadores brasileiros. Podemos também citar o caso da psicologia, da antropologia, da medicina legal, da psiquiatria entre outras. Percebe-se uma confiança muito grande no poder das descobertas científicas para resolver os graves dramas da nação brasileira. O Estado, enquanto um agente de implantação e gestão das diversas políticas públicas, já era pensado, reivindicado e posto em prática ainda que de maneira efêmera por estes intelectuais. Por outro, estas propostas reformistas possuíam dificuldades para projetar seus resultados, dado a instabilidade política brasileira naquele momento. Este foi o caso da reforma educacional de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro e do próprio serviço chefiado por Arthur Ramos.

Neste contexto histórico podemos vislumbrar os embates entre três forças políticas de orientações diversas. A via democrática representada pelos escolanovistas e seus adeptos, defendendo um amplo programa de reformas, cuja mais importante era a educacional. Outra força era constituída pelos grupos que defendiam a saída revolucionária que teve seu momento de maior evidência com a Intentona Comunista de 1935. Com a forte repressão ao movimento liderado por Luiz Carlos Prestes, uma outra tendência política se impôs de vez. Centralizou o poder em torno do Presidente da República, reduziu as liberdades individuais e consolidou uma opção autoritária que vinha se manifestando desde a Revolução de 1930.

Intimamente relacionada com os estudos psicanalíticos estava a chamada área da higiene mental. Era muito comum que aqueles profissionais da medicina interessados em psicologia e psicanálise, também se dedicassem a esta nova modalidade do conhecimento científico da época. A higiene mental funcionava mais como uma forma de terapia, mas segundo o próprio Arthur Ramos sua principal função seria prever futuros casos de "desajustes" e "traumas" que seriam mais difíceis de reverter no indivíduo adulto. O próprio termo ortofrenia tinha a conotação de "corrigir" ou "consertar o que estava torto". Em última instância, a função maior do movimento higienista aplicado à saúde mental, era prever e tratar dos sintomas ligados às perturbações mentais.

O objetivo do texto aqui proposto é discutir o papel dos profissionais da medicina no contexto do Movimento Escola Nova. Além disso, será também nosso propósito verificar a concepção de Arthur Ramos, Afrânio Peixoto e Porto-Carrero, três intelectuais vindos da psiquiatria sobre o papel da educação e em que medida suas idéias produziram efeitos práticos. Como foi o caso do serviço de higiene mental do Rio de Janeiro.

Como fonte utilizamos duas obras do médico alagoano que possui direta relação com o tema proposto. A primeira delas foi "Educação e Psicanálise" publicada em 1934; nesta obra o autor faz uma análise das principais discussões envolvendo a aplicação da ciência de Freud na solução dos dilemas educacionais, além de referendar seu apoio aos compromissos do escolanovismo. Trata-se de uma obra em que o autor procurava apresentar didaticamente os principais conceitos da psicanálise.

"A criança problema", segundo trabalho a ser aqui estudado, foi publicado inicialmente em 1937 e apresentava as observações do trabalho de Ramos junto ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Rio de Janeiro. Há um esforço do intelectual em conceituar e classificar os diferentes tipos de comportamentos que a criança pode apresentar ao longo do seu desenvolvimento.

Outra obra publicada nas primeiras décadas do século XX e que apresenta uma espécie de dossiê da educação nacional, com várias propostas à luz do escolanovismo, é "Ensinar a ensinar" de Afrânio Peixoto. "Psicologia profunda ou Psicanálise" de Porto-Carrero completa a análise aqui proposta.

Antes, porém de adentrarmos diretamente na discussão das questões aqui anunciadas, iremos apresentar, ainda que de forma prévia, as condições históricas que permitiram a eclosão e desenvolvimento das idéias da Escola Nova no Brasil.

A educação no contexto do Estado oligárquico.

Até a década de 1920 a elite cafeeira paulista e seus colaboradores de Minas Gerais, exerciam o poder político, dele se utilizando para manter os privilégios da classe e a condição agrária do país. O autoritarismo e a prepotência dos donos da terra faziam com que eles não reconhecessem os direitos do trabalhador livre. Daí o surgimento de revoltas de colonos pelo interior do país.

A educação, como parte das políticas sociais estava abandonada, o acesso a ela ainda era algo muito raro para a maioria das populações pobres do campo e da cidade. A famosa igualdade de todos perante a lei, instituída pela Constituição Republicana de 1891, ainda não passava de ficção.

Um país essencialmente agrícola, com uma elite muito preocupada com a sua manutenção, enquanto classe, só veio a perceber o valor da educação muito tardiamente. Isto ocorreu por volta de 1920, pois era preciso considerar que uma pequena parte da população podia votar. Embora a Constituição de 1891 não tivesse vetado o voto feminino, este não foi implantado e somente os indivíduos do sexo masculino, maiores de 21 anos e alfabetizados podiam votar. Como uma ínfima parte de população brasileira era alfabetizada e votava, a própria elite agrária percebe que era necessário aumentar o número de eleitores e isso passava pela ampliação do acesso à escola.

As experiências de Sampaio Dória em São Paulo, Francisco Campos em Minas Gerais e de outros reformadores em diferentes estados da Federação representavam uma reação no sentido de diminuir a grande massa de analfabetos. Na maior parte estas reformas ocorreram na década de 1920, último decênio em que o controle do poder político esteve nas mãos dos coronéis. Em 1930, parte da oligarquia dissidente dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba, rompem com São Paulo e instalam uma nova ordem política. Esse período ficou historicamente denominado de Era Vargas (1930-1945).

A ascensão de Vargas trazia um novo ânimo aos meios intelectuais, pois o fim do governo dos coronéis representava a possibilidade de empreender novos projetos para o país em todas as áreas, principalmente a da educação. Foi nestas circunstâncias que o movimento denominado Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e outros, lançou em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. "É um marco desse movimento: ao mesmo tempo em que questionava os métodos tradicionais de ensino, buscava afirmar, em uma sociedade como a obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação" (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 23).

Para Arthur Ramos o grande mérito da pedagogia de Dewey e Kilpatrick e seu representante no Brasil, Anísio Teixeira, estava na construção da autonomia do educando.

O movimento educacional moderno é feito sob o signo da autonomia. O ensino coletivo é substituído pelo ensino individual. O conceito de aluno médio desapareceu. A concepção lógica do ensino, todo feito, todo preparado com antecedência, terá de ceder o lugar ao critério da adaptação do ensinamento a cada caso particular (Ramos, 1934, p. 12-13).

Em 1928 Anísio Teixeira retorna dos Estados Unidos entusiasmado com o modelo de educação norte-americano, inspirado naqueles ideais. O intelectual e seu grupo passaram a difundir um novo paradigma de escola. Na prática a idéia era propor um modelo de educação em que o aluno aprendesse por si mesmo, levando em conta a experimentação, a observação e o aprender a aprender. A função docente aqui seria de orientar e propor os desafios para a aprendizagem. No entanto este também não estava esquecido, sua formação e preparo eram fundamentais.

A Escola Nova, inspirada em grande medida nos avanços do movimento educacional norte-americano, mas também de outros países europeus, teve grande repercussão no Brasil. Os ideais que lhe deram corpo foram sempre inspirados na concepção de aprendizado do aluno por si mesmo, por sua capacidade de observação, de experimentação, tudo isso orientado e estimulado por profissionais da educação que deveriam ser treinados especialmente para esse fim. Duvidando dos métodos convencionais, acabava questionando toda uma maneira convencional do agir pedagógico (BOMENY, 2003, p. 43).

Além dos aspectos pedagógicos e didáticos, Teixeira também se empolgou com o funcionamento de um sistema democrático de educação norte-americano. Crianças negras e brancas, pobres e ricas recebendo o mesmo tipo de educação, despertaram no intelectual baiano a possibilidade de fazer o mesmo no Brasil. No entanto tudo isso era muito difícil de ser implantado num país recentemente saído da escravidão, de tradição autoritária, de marcante abismo social e que pouco valor dava à educação de seu povo.

A criança problema segundo Arthur Ramos.

A obra "A Criança Problema" de Arthur Ramos, foi publicada diversas vezes. A edição utilizada nesta análise foi a quarta (revista), publicada em 1950 pela Livraria e Editora Casa do estudante do Brasil do Rio de Janeiro. Está dividida em duas partes (As causas e Problemas) e vinte capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. Trata-se de uma obra de fôlego, com mais de 400 páginas que procura dar conta de um assunto complexo e polêmico.

Arthur Ramos, procura desde o início de seu estudo, diferenciar criança problema das chamadas "anormais", utilizando aqui uma terminologia da época. O próprio autor considerava que o termo "anormal" era impróprio em todos os sentidos, o autor já verificava problemas na utilização da terminologia. Isso porque muitas crianças com qualquer problema de aprendizagem já recebiam esse rótulo definitivo.

É incrível a contemporaneidade de Ramos nesse aspecto, uma vez que ainda hoje muitas crianças com dificuldades de aprendizagem são encaminhadas para escolas de educação especial, sendo que na realidade, outros fatores, que não são de origem orgânica estão interferindo no seu processo de aprendizagem. Quando se discute atualmente a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, logo surge o discurso de que eles não são educáveis e, portanto não irão acompanhar os alunos tidos como indivíduos "normais". Segundo Ramos "esta denominação - imprópria em todos os sentidos - engloba o grosso das crianças que por várias razões não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade em paralelo aos outros companheiros, os normais" (RAMOS, 1950, p.13).

Pelos estudos realizados com mais de 2.000 estudantes, ao longo de cinco anos de atividade do Serviço de Higiene Mental, Ramos constatou que somente uma pequena porcentagem dos alunos apresentava problemas sérios de disfunção orgânica. "Aqueles escolares que, em virtude de defeitos constitucionais hereditários, ou de causas várias que lhes produzem um desequilíbrio das funções neuropsíquicas, não poderiam ser educados no ambiente da escola comum" (RAMOS, 1950, p.13).

Os testes de Q.I. (coeficiente de inteligência), hoje está em desuso, porém até bem pouco tempo atrás eram muito utilizados por escolas, médicos, psicólogos, etc e já eram criticados por Ramos, na década de 1930. Segundo o autor os testes desenvolvidos inicialmente por Binet e Simon em 1907, acabaram por reduzir a área de atuação de profissional da educação na medida em que "a extrema atividade testologizante (...) tem atravancado a pedagogia de nossos dias" (RAMOS, 1950, p. 12). Mais uma vez a percepção crítica do médico alagoano surpreende, tanto pela sagacidade intelectual, quanto pela antecipação de pontos de vista que somente algumas décadas depois foram percebidas.

A fim de fugir da conotação "normal" e "anormal", que como demonstrou Ramos, era insuficiente para categorizar uma criança com dificuldades de aprendizagem e de adaptação ao meio escolar, o autor criou o conceito da criança problema. O termo problema estava muito mais relacionado com as condições sociais que o menor vivia e que dificultava a sua capacidade de atenção e aprendizagem. Ao longo do texto o médico afirmava que o meio é o elemento decisivo, que molda o comportamento das pessoas, portanto elas não podiam ser responsáveis diretas, no caso os estudantes desajustados, pelas suas atitudes pouco aceitáveis. Essa forte responsabilidade do contexto sócio-cultural na personalidade das pessoas aproxima Ramos da idéia de Rousseau (2000) de que o homem nasce bom, porém a sociedade o corrompe.

Ensinar a ensinar

Afrânio Peixoto fez um estudo de caráter genérico sobre educação, no entanto procura sempre que possível apresentar críticas ao ensino nacional e apontar as características de uma escola ideal para o século XX. Segundo o autor esta preocupação deveria surgir quanto mais cedo possível:

O futuro cidadão seria tomado nos primeiros anos, dar-se-lhe-iam antes da escola jardins de infância, casas de crianças, educação dos sentidos, da sensibilidade, do conhecimento, da inteligência, da vontade, do caráter, com as práticas insistentes da bondade, do raciocínio, da ação, com o endereço cívico que seria o fecho da abóbada dessa maravilhosa construção. (PEIXOTO, 1937, p. 11)

Peixoto, como Arthur Ramos e outros intelectuais do período, possuíam íntimos contatos com as discussões que eram divulgadas na Europa e nos Estados Unidos e faziam questão de pensá-las à luz da realidade nacional. Entre os vários assuntos de interesse estava a educação. Descobrir, através da pedagogia, um método capaz de formar indivíduos cidadãos, patriotas, cultos e inteligentes era o melhor caminho para superar as contradições nacionais.

Havia uma nítida preocupação com a formação dos professores, com a co-educação, com o ensino da língua portuguesa, com a literatura infantil e com a universalização do ensino primário e secundário. Neste aspecto o médico baiano faz uma crítica ao Estado brasileiro, pois este permitia que apenas os filhos dos mais ricos tivessem condições de prosseguir seus estudos e muitas vezes não se tornavam bons profissionais, comprometendo assim o próprio desenvolvimento do país.

O Estado é indiferente à própria sorte. Dá instrução primária a todo mundo, e para aí. Permite por sua indiferença que só os filhos dos ricos, capazes e incapazes tenham acesso às escolas de humanidades e às escolas superiores; desses médicos, bacharéis, engenheiros, na maior parte incapazes, recruta os seus burocratas e os seus políticos, os seus administradores e os seus guias também na maioria incapazes. (PEIXOTO, 1937, p. 137)

A crítica de Afrânio Peixoto ao modelo de ensino praticado no Brasil no início do século XX deixava evidente o prejuízo que a nação tinha ao desconsiderar o acesso dos mais pobres aos níveis mais elevados de estudos. Ao privilegiar apenas os mais ricos, acabava permitindo que indivíduos, sem talento para as funções em que eram formados, fossem recrutados para desenvolverem atividades inerentes ao Estado. A solução seria uma melhor seleção para que os mais aptos, independente da condição social, fossem apoiados e incentivados por medidas como bolsas de estudo e outros. Como ocorria nos países europeus.

Há ao longo do estudo do autor baiano um esforço no sentido de delinear um sistema completo de educação que iria desde a escola primária até a universidade. A última parte da obra refere-se ao ensino superior que seria, se bem projetado, o centro difusor do ensinar a ensinar. A fundação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ou seja, um instituto pedagógico superior iria renovar a educação no Brasil. A formação do professor normalista, cujos mestres eram advogados e médicos, era precária. Aqueles professores não tinham uma visão mais abrangente do conteúdo pedagógico que deveriam ensinar.

Em que pese a formação original de Arthur Ramos e Afrânio Peixoto na área da medicina, eles foram além do esperado para o contexto histórico em que viveram. Um espírito crítico e comprometido, permitiu que eles pensassem propostas e modelos de educação que somente muito tempo depois foram redescobertos. Talvez este seja a maior contribuição de um intelectual: vislumbrar possibilidades para além de seu tempo.

A psicanálise subsidiando a educação

Médico psiquiatra e professor de medicina legal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Júlio Pires Porto-Carrero foi um dos pioneiros no estudo da psicanálise no Brasil. Empolgado com a ciência de Freud, procurou estudar sua aplicação em diferentes áreas como a criminologia, a medicina legal, as artes, a linguagem, a educação e outras.

Como os demais autores aqui apresentados, Porto-Carrero atribuiu grande importância ao desenvolvimento de uma infância sem recalques ou imposições que viessem a provocar transtornos futuros na fase adulta. Segundo o próprio médico a educação tinha como objetivo maior construir o Super-Ego. O exemplo dos pais e dos demais familiares ajudava a criança a moldar seu caráter crítico e de censura.

Como Ramos, Porto-Carrero desconfiava do ambiente doméstico e da sua tarefa de formação dos filhos. Em sua concepção o meio era, em muitos casos, o fator determinante de muitas neuroses. Como alternativa para resolver a situação de conflito na esfera familiar era proposto a pedanálise, ou psicanálise de crianças. Utilizando o modelo de análise desenvolvido por Anna Freud, o trabalho era realizado com os genitores. Era o chamado método indireto, ou seja, buscava-se realizar uma terapia com os pais que tivesse efeito no problema vivenciado pela criança.

Procurando fazer um estudo sobre o comportamento dos escolares, o médico identificava cinco tipos: os quietos; os inquietos; os rebeldes; os teimosos e os mentirosos. Embora aparente uma forma de classificação e tipificação, esta abordagem, segundo o próprio autor, não tinha a intenção de propor um modelo de explicação estanque. No entanto afirmava que este serviria para idicar possíveis casos futuros de neurose ou perversão.

O papel da escola era de ajudar na investigação e identificação de indícios de angústia, prazer ou qualquer outro sentimento que o menor viesse a manifestar. Conforme indicava Anna Freud e era endossado por Porto-Carrero, era necessário descer ao nível da criança, brincar com ela e observar cuidadosamente suas reações.

A transferência da libido sobre os brinquedos auxilia extremamente a compreensão dos conflitos íntimos infantis e a tarefa consistirá, desde então, em remover a estes, pela modificação das determinantes domésticas e pela progressiva adaptação à organização do meio. (PORTO-CARRERO, 1932, p. 207)

Os desenhos escolares também eram poderosos instrumentos de investigação. Uma prática muito útil seria pedir aos alunos que fizessem desenhos de seus sonhos. Até mesmo os erros e esquecimentos mais frequentes, segundo o médico, não eram obras do acaso. Eles revelavam pistas de um sofrimento interior, cujas causas precisavam ser descobertas e suprimidas. A própria repulsa do aluno em relação a determinadas matérias ou mesmo ao professor era indicativo da existência de problemas não resolvidos. Como afirmava o autor, a mútua transferência de libido entre o mestre e o educando era essencial para a efetivação de uma educação eficiente:

Por falta dessa mútua transferência, muita criança tem abominado determinadas matérias ou tem abandonado o estudo; e, quase sempre, a transferência que se opera num aluno, ao mudar de classe, não teria outra origem. Quando o mestre não se julgue capaz de tal transferência, melhor será que busque, na psique do aluno ou na sua própria, a razão de ser dessa anomalia. (PORTO-CARRERO, 1932, p. 210)

Toda esta preocupação com a formação de um ser livre de recalques que não viesse a desenvolver neuroses futuras na fase adulta não poderia ser realizada num modelo tradicional de escola, onde a autoridade inquestionável de mestres e pais colaborava para a gestação de uma sociedade de homens neuróticos e reprimidos, cujas conseqüências de seus atos poderiam ser traumáticas. Daí a defesa da idéia de um novo modelo de educação que levasse a criança a pensar, a desenvolver livremente sua capacidade e criatividade e em que sua curiosidade fosse estimulada. O papel do professor não seria outro que não o de guiar os alunos até o conhecimento, mas sem imposições ou autoritarismos.

Empregue-se a curiosidade da criança na pesquisa da verdade; ponha-se a criança em contato com a realidade da vida, dando-se-lhe o mínimo de auxílio de que ela possa necessitar, pela sua real inferioridade. Em contacto com os fenômenos naturais, deixemo-la descobrir as leis da natureza; e guiando-a na descoberta da realidade, façamo-la como se não a estivéssemos guiando. Ensinemos a criança a duvidar, que só duvidando se pode chegar à verdade; façamo-la fugir à sugestão; que todo o seu conhecimento seja fruto da sua experiência. É a norma da moderna escola ativa. (PORTO-CARRERO, 1932, p. 214)

Considerações Finais

Nos discursos médicos das primeiras décadas do século XX percebe-se que havia um notável esforço dos intelectuais desta área em dialogar com as teorias que revolucionaram a maneira de pensar do Ocidente, principalmente o darwinismo e a psicanálise de Freud. Sociedades de estudos foram fundadas em diferentes cidades brasileiras. Uma farta e rica produção teórica foi constituída e um grande número de encontros, reuniões e seminários debatiam livremente os temas da psicanálise e sua empregabilidade nos mais diferentes setores da vida social. Entre eles o da educação.

Houve uma grande convergência de interesses em torno da necessidade de reformulação da educação nacional, tida como tradicional e distante dos reais interesses de uma sociedade que se almejava moderna, mais democrática e capitalista. O modelo de inspiração era o norte-americano, ainda que subentendido no discurso dos profissionais médicos. Os ideais escolanovistas se ajustavam perfeitamente ao ideal de construção de uma nação de homens autônomos e livres em todos os sentidos, inclusive das neuroses e perversões muitas vezes originárias na infância.

Famílias desestruturadas e problemáticas e uma educação autoritária que tolhia a livre iniciativa e o espírito criativo deveriam ser transformadas. Os médicos assumiam para si a tarefa de reformar a nação. Vistos como os autênticos representantes da ciência e que mais contatos tinham com o povo e a família. Seriam eles os saneadores dos novos tempos. A educação viria em seguida como um valioso espaço de formação de jovens saudáveis de corpo e mente, ou seja, perfeitamente adaptados à civilização.

Referências bibliográficas

BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, M.M.C. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOPES, E.M. I; GALVÃO, A.M.O. *História da educação*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

MOKREJS, E. *A Divulgação das primeiras idéias psicanalíticas no Brasil*. 1986.398 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEIXOTO, A. *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

PORTO-CARRERO, J.P. *A psicologia profunda ou psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.

RAMOS, A. *A criança problema*. 4. ed. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1950.

_____. *Educação e psicanálise*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.